



Contributo UGT

Consulta sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Em tempo de prosperidade ou, em tempo de crise, os trabalhadores e suas famílias devem poder contar com um emprego estável e um rendimento que lhes permita viver com dignidade este, é o espírito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A pandemia de Covid-19 veio demonstrar a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais como garante das necessidades essenciais da população. Agora, é necessário implementá-lo e desenvolvê-lo para que as sociedades se tornem mais justas e resilientes a crises.

25 % dos trabalhadores portugueses auferem o salário mínimo sendo que o salário médio, tem vindo a ser esmagado face às limitações da negociação colectiva, no sector privado e no sector público. Na prática, isto significa que ter trabalho não é condição para se estar acima da linha de pobreza. A UGT considera que é inaceitável que a discussão da Directiva sobre os Salário Mínimo Justo e Negociação Colectiva possa ser adiada pois, trata-se de uma iniciativa vinculativa na área social e de um sinal claro de que a retoma não pode fazer-se à custa dos trabalhadores.

Em Portugal, a dinamização da negociação colectiva é primordial na redução de desigualdades, quer porque possibilita um crescimento real dos salários em lugar, da convergência para baixo que se tem verificado nos últimos anos; quer porque é um instrumento para negociar outros factores de desigualdade - os horários de trabalho, as condições de saúde e segurança, as estratégias de formação ao longo da vida, a igualdade de oportunidades, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional- e dar melhores condições de vida aos trabalhadores e suas famílias.

A crise provocada pelo Covid-19, com a perda de rendimentos sofrida por milhares de trabalhadores (lay off simplificado, desemprego, paragem de atividade) trouxe à superfície graves situações de pobreza e de exclusão social, aprofundando as desigualdades e pondo em evidência as lacunas do nosso sistema de protecção social e a sua incapacidade para responder eficazmente a todos os cidadãos. Perante a crise, a Segurança Social portuguesa comportou-se razoavelmente bem, acudindo às necessidades dos que foram colocados em paragem obrigatória, mas se para os trabalhadores que estão no sistema de segurança social foi possível encontrar respostas, o mesmo não se pode dizer dos mais de 20% de trabalhadores que não entram nas estatísticas do desemprego porque são informais, por conta própria, independentes e que se viram subitamente desprotegidos face à abrupta queda de actividade, à ausência de respostas da segurança social e à burocracia. Num mundo em que as relações de trabalho mostram tendência para uma crescente atomização é, mais do que nunca, necessário o alargamento do sistema de protecção social a todos os trabalhadores independentemente do seu vínculo de trabalho.

A tentação de considerar os Serviços Públicos uma despesa é enorme, mas na verdade o que esta crise tem mostrado é a necessidade de investir em serviços públicos de qualidade. Os trabalhadores dos serviços públicos estão envelhecidos e desmotivados após anos de reestruturações sucessivas que levaram à extinção de serviços, e a uma sobrecarga dos trabalhadores em funções. São necessários Serviços Públicos de qualidade em nome da igualdade no acesso à educação, à formação, à saúde. O Estado tem igualmente funções reguladoras e fiscalizadoras que são cruciais para o funcionamento da economia. Investir na formação e na requalificação e numa cultura de exigência passa também pela forma como o Estado gere os seus recursos humanos.

Neste quadro, a UGT chama a atenção para o SNS que a pandemia está a pôr à prova. Os desafios do SNS requerem atenção especial, sobretudo pela existência de vastos problemas anteriormente conhecidos e que entretanto foram agravados pela crise pandémica, nomeadamente, pelo facto de desde o início de março de 2020, se terem realizado, consultas de enfermagem nos cuidados primários, menos consultas médicas em cuidados primários, menos consultas médicas hospitalares e menos cirurgias.

A UGT considera que mais do que nunca é necessário reforçar os princípios fundamentais que caracterizam o setor da saúde em Portugal, como a universalidade, a igualdade, a solidariedade, a equidade social, diferenciação positiva e coesão territorial:

- Plano Estratégico Nacional para contratação de recursos humanos qualificados (/Enfermeiros/Médicos/TSDD)4

Reforçando, pelo menos, em 30% anualmente, a variação relativamente ao ano de 2019 (+/-7000 profissionais), o que corresponderia a mais 10 000 profissionais de saúde em 2021.

- Modelo de financiamento assente nos resultados em Saúde

Aposta nos modelos de financiamento que incentivem os verdadeiros resultados em saúde, quer a título individual, quer a nível comunitário, assim como a um reforço de iniciativas que promovam a humanização dos serviços e cuidados prestados pelo SNS, com a conseqüente comparação entre os vários sectores (público, social, privado) e um reforço significativo nas verbas disponíveis para a formação profissional dos trabalhadores do sector.

Materializar os acordos de cooperação entre o Estado e as instituições parceiras do sector social, solidário e privado, até para, rapidamente se responder aos atrasos que acima identificámos e que prejudicam a saúde de todos os trabalhadores e seus familiares, sobretudo dos mais pobres e que menos acesso tem a cuidados de saúde de qualidade.

- Plano Nacional Urgente para os maiores de 65 anos (aumento da cooperação entre o SNS, o sector social e o privado)

É preciso ter também em conta que somos o país com a mais alta taxa de cuidados domiciliários informais da Europa e que o célere envelhecimento demográfico irá colocar mais pressão sobre um sistema depauperado, não sendo de ignorar um plano específico urgente para os trabalhadores e seus familiares maiores de 65 anos de idade, sejam eles cidadãos activos e saudáveis (investimento na prevenção da doença e promoção de estilos de vida saudáveis), ou estejam acometidos com doenças crónicas, oncológicas ou outras e a necessitar de cuidados multidisciplinares e diferenciados, como na área da reabilitação ou paliativos, seja nos hospitais, na RNCCI, nos lares, ou até nos domicílios (preferencialmente), sendo demasiado evidente a exigência de uma real readequação da rede nacional de acordo com as necessidades expectáveis em relação às projeções demográficas e de condições prévias de saúde.

Dar prioridade à materialização dos acordos de cooperação entre o Estado e as instituições parceiras do sector social, solidário e privado, até para, rapidamente se responder aos atrasos que acima identificámos e que prejudicam a saúde de todos os trabalhadores e seus familiares, sobretudo dos mais pobres e que menos acesso tem a cuidados de saúde de qualidade.

Por outro lado, a pandemia tornou visível a situação que a evolução das tendências demográficas acarretou. O aumento da longevidade e da população idosa e a redução da natalidade e da população jovem, não são novidade em Portugal, acompanhando a tendência do resto da União Europeia. Segundo dados da Pordata1, em 2018, as pessoas com 65 ou mais anos representavam 21,6% de toda a população residente em Portugal, ou seja, 2 228 750 do total de 10 283 822 residentes. A esperança de vida atingiu os 77,8 anos para homens e 83,4 anos para as mulheres, em dados referentes a 2017. O índice de envelhecimento em Portugal passou de 21,3% em 1961 para 128,6% em 2018, o que naturalmente exerce um forte impacto na sociedade como um todo e exige

adaptações e respostas em diversos níveis, nomeadamente por parte dos seus sistemas de suporte, como é o caso dos sistemas de saúde, segurança social, educação, justiça e transportes. Muito embora o aumento da longevidade da população portuguesa seja notável, a qualidade dos anos de vida ganhos apresenta ainda um imenso potencial para melhorar. Considerando o conceito de Envelhecimento Ativo proposto em 2002 pela Organização Mundial da Saúde esta melhoria dependerá muito do empenho de cada um, enquanto agente da sua própria saúde ao longo da vida, da sua participação e segurança, e da sociedade como um todo, de forma a que sejam garantidas as oportunidades para tal, à medida que as pessoas envelhecem.

Em matéria do envelhecimento activo e saudável, Portugal está comprometido formalmente com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia(UE), previstos nas propostas de acção da UE para a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações².

Após esta crise pandémica, é notória e urgente a necessidade de reorganizar estratégias e desenvolver acções conjuntas, envolvendo todos os parceiros sociais, que garantam efetivamente o aumento das garantias das oportunidades para a saúde, de participação, de segurança e, obviamente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mais velhos.

A UGT, respeitando a sua declaração de princípios, foi a única estrutura sindical em Portugal que, em conjunto com os seus parceiros sindicais europeus no âmbito da Confederação Europeia de Sindicatos, apoiou desde o início o Pilar Europeu dos Direitos Sociais³, acompanhando o apelo do Parlamento Europeu, do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia, no sentido de reforçar os direitos sociais e produzir um impacto positivo na vida das pessoas no apoio à construção europeia do século XXI. Realçamos assim, em concreto, o capítulo III sobre Protecção e Inclusão Sociais, nomeadamente:

Princípio N.º 15 b. – Prestações e pensões de velhice – “Todas as pessoas na velhice têm direito a recursos que lhes garantam uma vida digna”;

Princípio N.º 16 – Cuidados de saúde – “Todas as pessoas têm direito a aceder, em tempo útil, a cuidados de saúde preventivos e curativos de qualidade e a preços comportáveis”;

Princípio N.º 18 – Cuidados de longa duração – “Todas as pessoas têm direito a serviços de cuidados de longa duração de qualidade a preços comportáveis, em especial serviços de cuidados ao domicílio e serviços de proximidade”

Finalmente, a UGT não pode deixar de referir e frisar a importância do diálogo social. O envolvimento dos parceiros sociais a todos os níveis tem de ser uma constante na busca das melhores soluções. A UGT está empenhada e disponível para o diálogo e a construção de consensos e compromissos que conduzam à implementação do PEDS contribuindo para um Portugal mais desenvolvido, mais coeso e mais justo.

Lisboa, 26 de Outubro de 2020